

As Elites

Maria Antonieta Cruz
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
maria.antonieta.cruz.flup@gmail.com

Helder Guimarães
Mestre em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
hjasguimaraes@gmail.com

A noção de *Elite* é complexa e abstrata. O conceito é objeto de múltiplas asserções e entendimentos, divergindo os autores na sua definição e caracterização. A palavra tem sido utilizada pelos cientistas sociais como correspondendo ao grupo restrito de indivíduos que, de algum modo, podem ser considerados, dentro de um determinado conjunto, como os mais dotados, os superiores, os melhores, os mais importantes, os que se distinguem pela posse de uma determinada característica que faz deles eleitos. Este sentido da palavra, na medida em que representa o contrário da massa, alberga os eminentes que dominam os restantes em consequência de possuírem um qualquer atributo distintivo, altamente valorizado pela sociedade em questão: nascimento, riqueza, profissão, saber...

O estudo das elites tem recebido o contributo de múltiplas áreas do conhecimento. Se é certo que a “Teoria da Elite Dirigente” encontra em Mosca (Mosca, 1953), Pareto (Pareto, 1968) e Michels (Michels, 1914) os seus teóricos pioneiros, que produziram estudos sobre a hierarquização na sociedade moderna, nos finais de oitocentos e nos primeiros anos do século XX, em clara oposição à teoria de classes formulada por Karl Marx, importa, também, sublinhar que o constante interesse pela análise das elites tem recebido o contributo de muitos outros autores que, em numerosas publicações, vêm concorrendo para o aprofundamento do conhecimento destes grupos. Investigadores de diversas formações, como filósofos, politólogos, sociólogos, historiadores e, mais recentemente antropólogos procuram analisar o papel que cabe às elites nas sociedades humanas. A História, porém, continua a desempenhar um papel central na análise, na longa duração, dos processos de constituição e reconhecimento das elites.

A observação destes grupos permite uma reflexão alargada que, paralelamente ao estudo da sua composição e do perfil dos sujeitos neles integrados, possibilita a

averiguação das relações entre dominantes e dominados, permitindo o exame das condições que geram essas conexões, a par da descoberta dos instrumentos que possibilitam avaliar as situações de dominação, e das circunstâncias que geram as ruturas e as mutações.

A análise das elites requer a observação da formação e modalidades de seleção do grupo, do espaço de renovação e meios de mobilidade.

Os mecanismos de dominação são específicos de cada sociedade, dependem da sua organização, do modelo cultural e civilizacional adotado, mas existe sempre, na identificação dos membros de uma elite, o reconhecimento, o apreço social, de uma ou várias qualidades, naturais ou adquiridas. A elite de uma sociedade democrática assume uma parcela de poder que, quase sempre, lhe é atribuída por terceiros. Às elites é exigida capacidade, ação positiva e adaptação às necessidades coletivas para que se mantenham no topo da classificação social. Não há incompatibilidade na existência de elites na sociedade democrática, sendo porém necessário que se assegure a sua regular seleção e controle. As elites de uma sociedade democrática não funcionam como um grupo coeso, cooperante. Não raro os seus objetivos, os seus interesses, induzem ao conflito que, em casos extremos pode levar à neutralização recíproca (Crossick, 1998).

As elites em confrontação procuram o apoio das massas quando este esteio é necessário à prossecução dos seus objetivos. A decadência das elites pode resultar de uma disputa ou apenas da abertura a outros modelos que a fragilizam. O êxito das massas na obtenção da satisfação das suas reivindicações é menor quando existe solidariedade entre as diversas elites, corolário da coincidência de interesses entre elas e motor do reforço da sua capacidade de domínio. Como é evidente, e é sublinhado por Ralf Dahrendorf (Dahrendorf, 1972), os conflitos existentes nas sociedades modernas têm essencialmente como objetivo o “controlo ou limitação da autoridade”. Mesmo correntes teóricas mais recentes (Lowell Field ou John Higley, por exemplo), como sublinhou Dahrendorf, sublinham o facto de que, em qualquer organização social, a distribuição do poder é feita de forma desigual. Quem dirige, quem domina, quem tem autoridade, é sempre uma minoria.

O estudo da mobilidade social é particularmente importante enquanto quadro de avaliação da renovação das elites. Importa refletir sobre os diversos mecanismos de valorização social, ponderar a importância da família, da educação, da carreira ou da emigração nos percursos de ascensão. A permeabilidade é absolutamente essencial para

que haja subsistência de uma determinada elite. É preciso que a entrada de elementos novos, mas não conflituais, assegure a sua permanência enquanto grupo dominante. O estudo da mobilidade social exige a apreciação da agilidade e condições de ascensão mas, também, dos parâmetros e velocidade da queda, isto é, a observação dos movimentos ascendentes e descendentes.

Todas as organizações sociais têm diferentes distribuições do poder e os regimes políticos parecem, na realidade, distinguir-se pela maneira como se constituem as suas elites, a forma como exercem o poder e, não menos importante, pela intensidade da mobilidade social existente. Em qualquer ordem instalada, nas diferentes sociedades que a história nos faz conhecer, e mesmo naquelas que as várias utopias têm desenhado, o poder é sempre detido por minorias que dirigem as maiorias. Parece-nos que a grande diferença está na *circulação das elites*, mais fechadas ou mais móveis em função da menor ou maior democraticidade das sociedades em que se integram.

A questão de género poderá ser, igualmente, um excelente observatório, por facilitar a perceção do acesso diferencial na construção das elites, na longa duração (Vaquinhas, 2000). A evolução do mundo foi abrindo novas oportunidades às mulheres, mormente nos tempos mais recentes. A presença feminina nas diversas elites: ensino superior (Santos, 1991), forças armadas, tribunais, etc., é um processo cuja investigação urge dinamizar.

A análise das elites aconselha, também, que sejam observadas as várias razões que podem determinar a fragilização e até o desaparecimento de uma elite. Como exemplos de circunstâncias que podem ser favoráveis à decadência poderemos apontar o enfraquecimento do modelo civilizacional no qual radica o domínio de uma determinada elite, a simples abertura à influência de modelos alternativos ou mesmo a integração no grupo de elementos menos capazes.

A reflexão sobre as elites nacionais mas também regionais, urbanas mas também rurais, sejam políticas, económicas, financeiras, administrativas, religiosas, intelectuais ou outras, confronta os cientistas com a necessidade de analisarem aqueles que, numa determinada sociedade, ocupam posição de relevo, os “dirigentes”, os “influentes”, os “abastados” os “privilegiados”, em suma, aqueles que são reconhecidos pelos seus contemporâneos como pertencentes ao grupo dominante.

Esta análise introduz múltiplas interrogações. O que entendemos por *elite*? Quem faz parte deste grupo? Como se processa a inserção de novos elementos? Quais são os

espaços de renovação e os mecanismos de mobilidade (família, educação, carreira, emigração, etc.)? Que delimitação determina a exclusão de alguém? Como reconhecem os contemporâneos as suas elites? Existe consciência pelas elites de o serem? De que forma esta consciência pode determinar comportamentos de fechamento protetor do grupo? Quais as circunstâncias que determinam a decadência da sua hegemonia?

Os textos incluídos no dossier temático deste número da revista carregam alguns contributos para o estudo das elites em diversos períodos históricos.

Com efeito, **Duarte Maria Babo Marinho**, utilizando registos das chancelarias régias e documentos de arquivos familiares, contribui com o seu estudo, *Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa*, alicerçado no método prosopográfico, para a elucidação do papel desempenhado pelos agentes diplomáticos no decurso da baixa Idade Média portuguesa. Estas elites cultas desempenharam vários cargos na administração central no decurso de um longo período da vida portuguesa, numa evidência da sua importância, fruto de competência mas, também, do conhecimento da burocracia e diplomacia, bem como, evidentemente, em resultado da probidade, integridade e fidelidade que pautava a sua atuação, atributos que os fizeram personalidades fundamentais e quase intocáveis pelas vicissitudes políticas ocorridas.

Ana Isabel Lopes dedica-se, no seu artigo *Das tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577) aos tencionários: amizade, caridade ou estatuto social?*, à compreensão dos eventuais critérios subjacentes à atribuição pela princesa de tenças testamentárias. A autora conclui que, aparentemente, não existia um padrão nas escolhas da infanta, salientando que terá existido uma prevalência de membros da nobreza no conjunto dos eleitos a par do favorecimento de funcionários mais próximos e de típicos casos de beneficência.

Simone Santana Rodrigues Elias e Décio Ruivo Martins examinam *o papel das academias para o nascimento da elite intelectual na América portuguesa* procurando dar a conhecer a participação de pensadores luso-brasileiros na dinamização da vida intelectual brasileira. Nascidos no Brasil, onde não existia qualquer universidade, é observada a trajetória dos poucos letrados que protagonizaram a formação de academias literárias e científicas, instituições com um papel determinante na dinamização dos debates em torno da cultura, da sociedade e da política. Formadas ao longo do século

XVIII as diversas Academias tiveram um papel extremamente importantes na formação das primeiras comunidades de pensadores no Brasil.

Em *Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)* é delineado por **Hugo Silveira Pereira** o percurso profissional deste engenheiro especialista em hidráulica. Fez parte de um corpo de técnicos academicamente especializados, uma elite tecnocrática que materializou o progresso defendido pelo Fontismo. A Regeneração, focada na necessidade de melhoramentos materiais, foi, aliás, um período de grande valorização dos engenheiros que alcançaram um grande prestígio social, projetado muito para além do designado Fontismo.

Esta biografia vem juntar-se a outras de protagonistas do oitocentismo português que têm vindo a ser publicadas e que abarcam já uma considerável e diversificada plêiade de membros da elite do século XIX, permitindo, assim, ampliar significativamente o conhecimento da sociedade burguesa do Portugal oitocentista. As múltiplas funções desenvolvidas pelo biografado, que paralelamente à sua atividade profissional nos sectores público e privado, muito ligada ao planeamento e organização de melhoramento materiais, exerceu várias funções políticas que o fizeram passar pelo poder autárquico, pelo parlamento e pelo governo, delineiam um perfil comum a muitas outras figuras relevantes da contemporaneidade portuguesa.

No artigo *Ascender na elite eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello, Pedro Silva Reis* apresenta uma biografia, neste caso de um bispo, bacharel, que viveu de 1842 a 1929 e cujo riquíssimo percurso eclesiástico decorreu no final da monarquia portuguesa, levando-o à administração pastoral de várias dioceses e, por fim, ao patriarcado de Lisboa.

O autor estuda as dinâmicas de formação da elite eclesiástica portuguesa no período em análise, grupo que deteve um amplo papel na sociedade, na cultura e na política. Ressaltando como mecanismos de ascensão não só a formação académica mas, também, a ligação ao poder político, é sublinhada a importância dos interesses do país e do Vaticano no processo de escolha dos altos dignitários da Igreja em Portugal.

A organização do Exército português no final da Monarquia, a forma como os seus oficiais viveram os derradeiros anos deste regime, como se harmonizaram com o novo regime republicano instaurado em 1910, constituem o núcleo do estudo de **Daniela Major**, *Da Monarquia para a República: os oficiais do Exército perante o 5 de outubro*.

Os oficiais, que correspondiam a menos de 15% dos 35000 homens do exército permanente e profissional do início do século XX, repartiam-se pelo Portugal europeu e pelas colónias. Maioritariamente não terão tido convicções políticas suficientemente fortes que os levassem a defender a monarquia perante a mudança de regime. A república não se apresentava com um plano ameaçador para os oficiais do exército português e as medidas implementadas, ou a sua ausência, nos anos finais da monarquia não primaram pela sua proteção e em muitos casos implicaram ou justificaram a sua falta de empenhamento e apoio.

Bibliografia Final:

BUSINO, Giovanni (1996), “Elite”, in Philippe Raynaud e Stéphane Rials (dir.), *Dictionnaire de Philosophie Politique*, Paris, PUF, pp. 2000-2003.

CROSSICK, Geoffrey (1998), “La Bourgeoisie Britannique au 19e. siècle – Recherches, approches, problématiques”, *Annales HSS, École des Hautes Études en Sciences Sociales*, nº 6, pp. 1089-1130.

DAHRENDORF, Ralf (1972), *Classes et conflits de classes dans la société industrielle*, Paris, Mouton.

MICHELS, Robert (1914), *Les Partis Politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, Paris, Flammarion.

MOSCA, Gaetano (1953), *Elementi di scienza politica*, 2 vol., Bari, Laterza.

PARETO, Vilfredo (1968), « *Traité de sociologie générale* », in Giovanni Busino (ed.) *Oeuvres complètes*, tomo XII, Genève, Droz.

SANTOS, Cândido dos (1991), *A Mulher e a Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto

VAQUINHAS, Irene (2000), “*Senhoras e Mulheres*” na *Sociedade Portuguesa do século XIX*, Lisboa, Colibri.